



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Ata da Sessão Ordinária realizada em 2014/06/27

Aos vinte e sete dias do mês de junho, do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às quinze horas, foi declarada aberta a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

PRESIDENTE: Eurico Fernandes Gonçalves; -----

1.º SECRETÁRIO: Horácio Domingos Afonso; -----

2.º SECRETÁRIO: Maria de Lurdes de Freitas. -----

PRESENCAS: -----

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Manuel Dinis Magro Gomes, Raquel Filomena Moreira Gonçalves, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, Amável de Jesus Rodrigues, Adérito António Pinto Machado, José Urbino Alves, Francisco José Nunes Cunha, Luís António Bebião Pires, Carlos Armando Ventura Caseiro, Rui Virgílio da Cunha Madureira, António Manuel Lousada, Manuel António Fernandes Martins, António Vicente Morais, André João da Silva Rodrigues, José António dos Reis, Duarte Nuno Pires, Hilário de Assis Gonçalves Pires, António Paulo de Oliveira Neves, Adelino José dos Santos, Maria da Glória Pires Cruz Veleda, Nuno Alexandre Barreira Santos.

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”. -----

João Manuel Quintino Fernandes, Fernando Jorge Afonso Gonçalves e António Luís Gomes Gonçalves. -----

MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Eduardo Manuel Martins Rodrigues, Eduardo Vicente Roxo, Lucília Cristina Rodrigues Pereira Graça, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, José Carlos Claro, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, Carlos Alberto Vaz, Alberto dos Anjos Martins, Solange Sofia Aboim Lobo, José Humberto Martins, José Maria Ribas, António João Margarido Alves, Inácio Lourenço Fernandes, Pedro António Pereira dos Santos. -----

MEMBROS ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”: -----

Ana Rita Neto dos Reis, Viriato Emílio, Carla Sofia Pires Tavares, Luís Filipe Garcia, Maria Adelaide Fernandes Morais, Luís Miguel Alves Gomes, Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, Pedro Nuno Aboim Pinto. -----

Faltaram por motivo justificado os Senhores Deputados Amauri dos Santos Morais, Maria Matilde Afonso de Carvalho Barreira, Egídio José Coutinho Frias e Mário Manuel Pinto Rodrigues. -----

Verificada que foi a existência de quórum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2 - Ordem do Dia. -----

2.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão Anterior; -----

2.2 - Leitura resumida do expediente; -----

2.3 - Informação escrita do Senhor Vice-Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal; -----

- 2.4 - Período de intervenções; -----**
- 2.5 – Pessoal: -----**
- 2.5.1 – Designação dos júris para recrutamento dos cargos de Direção Intermédia, de 2.º Grau e 3.º Grau;-----**
- 2.6 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos. -----**
- 2.7 – Apresentação da Revisão do PDM no âmbito da discussão pública; -----**
- 3 - Período reservado ao público. -----**

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Demonstraram essa intenção os Senhores Deputados: -----

- Maria Adelaide Fernandes Morais; -----
- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques; -----
- Pedro António Pereira dos Santos; -----
- Francisco José Nunes Cunha; -----
- Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida; -----
- Horácio Domingos Afonso. -----

Concedida a palavra à Senhora Deputada, Maria Adelaide Fernandes Morais, disse o seguinte:

“Boa tarde a todos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes da Junta e restantes membros. -----
No dia 28-02-2014 na ata n.º 1, eu apresentei um requerimento à mesa a solicitar o CD de gravação da respetiva ata da Assembleia. Depois de ouvir atentamente, e no ponto 2.7 em que é apresentado o contrato programa da ProRuris, solicito ao Senhor Presidente desta Assembleia

e solicito a toda a mesa que a ata seja transcrita na totalidade, principalmente na resposta do Senhor Presidente da Câmara que foi dada a mim, no ponto da minha intervenção. Solicito que seja transcrito para a respetiva ata do dia 28-02-2014 a totalidade da resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara nesse mesmo dia, se quiserem ouvir o CD com certeza que vão encontrar a lacuna que eu encontrei, que não está transcrita na ata a resposta que me foi dada.”-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, que ditou para a ata uma intervenção do seguinte teor: -----

“Em nome da bancada do Partido Socialista gostaria de felicitar o executivo camarário, na pessoa do Professor Roberto Afonso, pelo excelente trabalho que se tem desenvolvido no Concelho de Vinhais, ao nível da cultura. Tem-se realizado eventos que para além do enriquecimento cultural, tem tido uma projeção nacional, contribuindo também para divulgar Vinhais, foi o caso como o dia dos diabos e será também certamente o evento cultural que se propõe realizar no dia 4, 5 e 6 de julho, a 1.ª Bienal de Jorge Lima Barreto, um desses eventos. Esta Bienal de Jorge Lima Barreto apresenta-nos uma programação de excelência digna das melhores e maiores casas de arte de espetáculo do País. Estou certo que os Vinhaenses e todos aqueles que nos visitem não perderão esta oferta cultural e farão deste evento mais um sucesso. Bem hajam.” -----

Seguidamente, o Senhor Pedro António Pereira dos Santos, apresentou uma intervenção do teor seguinte: -----

“O Engº Aires Ferreira, dedicou a vida à causa pública, iniciando desde cedo um percurso com marca nacional mas com particular ênfase no distrito de Bragança e no concelho de Torre de Moncorvo. -----

Com 29 anos conquista a Câmara de Torre de Moncorvo da qual saiu em 2013 nas últimas eleições autárquicas por ter ultrapassado o número dos mandatos permitidos. -----

Pelo meio ocupou o lugar de deputado, Chefe de gabinete do secretário de estado do Ambiente, Presidente da Associação de Municípios do Douro Superior, Presidente da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, Membro do Comité das Regiões, Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal do Douro, Presidente da Associação de Municípios do Baixo

Sabor, Membro do Conselho Económico Social e Membro do Conselho de Administração das águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. -----

Uma vida preenchida e abnegada balizada pelo espírito de missão, de cidadania e solidariedade.

O Distrito ficou sem dúvida mais pobre. -----

Em nome da bancada do Partido Socialista manifestamos um Voto de Pesar, pelo falecimento de António Aires Ferreira, lamentar a perda deste político e transmitir à sua família sentidas condolências.” -----

O Senhor Deputado Francisco José Nunes Cunha, usou da palavra, ditando para a ata uma intervenção do seguinte teor: -----

“JOAQUIM CÂNDIDO LEITE MOREIRA, Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE. -- Foi um lutador exemplar na sua vida pessoal e familiar, no exercício das suas funções como Autarca de Freguesia de Padronelo, e no confronto político nacional e partidário, na sua afirmação como dirigente da ANAFRE, responsabilidade que exercia há mais de vinte anos, com especial relevo no desempenho do cargo de Presidente do Conselho Diretivo, para o qual foi eleito no último Congresso da ANAFRE. -----

Assim, em nome de todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Vinhais, manifesto um voto de pesar pelo falecimento de JOAQUIM CÂNDIDO LEITE MOREIRA, lamentar a sua perda, deste político que muito trabalhou em prol das freguesias e transmitir à sua família sentidas condolências.” -----

Gostaria também que fosse usado um minuto de silêncio.” -----

Seguidamente e conforme o solicitado foi guardado um minuto de silêncio. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, leu uma intervenção do seguinte teor: -----

“Em recente visita à região, Sua Exa Sr. Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho confirmou que a autoestrada transmontana A4 seria portajada indo ao encontro do princípio de utilizador pagador e também na defesa do princípio da igualdade, afirmando nomeadamente que a Comissão Europeia não permitirá a discriminação em relação ao resto do país. -----

Perante esta tomada de posição a bancada do partido socialista, considera o seguinte: -----

Não se pode considerar igual aquilo que é diferente, isto é, a autoestrada transmontana não possui alternativas à sua circulação, visto que foi construída sobre a antiga IP4 e a EN 15 encontra-se completamente degradada, havendo locais onde já não se nota a sua presença, troços completamente obstruídos e o mato que invadiu grande parte do percurso, não havendo alternativas para as deslocações para o resto do país e vice-versa. -----

As afirmações do Sr. Primeiro-ministro constituem, estas sim, uma grave discriminação e uma afronta a uma região que foi penalizada durante anos e anos, sendo o último distrito a ser contemplado com uma autoestrada, aumentando assimetrias em relação ao grosso do território nacional, ao longo de anos e anos, causando graves prejuízos a toda uma região, muitas vezes esquecida e votada ao abandono durante décadas. -----

Não podem os regulamentos europeus servirem de desculpa para tudo e para nada, utilizando o seu argumentário quando nos convém e dando-lhes outras interpretações quando delas necessitamos. Convém lembrar que estamos na europa das regiões e que a solidariedade dos mais fortes, para com os mais fracos, é um princípio orientador da união, através da discriminação positiva para com territórios mais desfavorecidos e de baixa densidade populacional. -----

Nunca é demais lembrar que o compromisso do anterior governo, de não portajar a A4, tinha a ver exatamente com esse princípio de discriminação positiva, em nome da coesão territorial.

Entendemos que os pressupostos de ausência de alternativas à A4, o débil tecido económico e social da região, o isolamento da mesma, o afastamento dos grandes centros urbanos, a distância aos grandes centros hospitalares, onde se prestam os cuidados de saúde por ausência no distrito de valências médicas que possam salvar vidas, terão que constituir argumentos junto das instâncias europeias e nacionais para que esta região e, nomeadamente o distrito de Bragança, tenha os mesmos direitos e que esta infraestrutura constitua uma forte alavanca para o desenvolvimento económico e aumento da competitividade, para a fixação da população, para a fixação de empresas, para a igualdade de oportunidades, para um melhor acesso à saúde e socorro das populações e para uma afetiva coesão territorial. -----

Assim, a Bancada do Partido Socialista repudia e não pode aceitar as palavras proferidas por sua Ex^a o Sr. Primeiro-ministro apelando ao governo que tenham em conta os pressupostos enunciados e que a A4 se transforme efetivamente na autoestrada da justiça, permitindo o livre-trânsito e gratuito no seu percurso entre Bragança a Vila Real e vice-versa.” -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado, Horácio Domingos Afonso, iniciou por dizer que estava a terminar o ano judicial dentro de quinze dias, podia dizer que em Vinhais na segunda-

feira, já não havia juiz, porque entrava de férias. Pensou seriamente em ter pedido demissão de autarca, de qualquer maneira não o fez, nem o fazia porque não queria que as pessoas pensassem que tinha mau perder, mas tinha mesmo. Como todas as pessoas que estão aqui deviam ter um mau perder. Os autarcas não fizeram tudo o que estava ao seu alcance para isto não acontecer. Não podemos ter uma justiça mais próxima se levarem os Tribunais de trinta para sessenta quilómetros, de qualquer maneira que fique bem claro que não sabia se seria capaz de se perdoar a si mesmo o não deixar as suas funções, mas também não sabia se seria capaz de perdoar a todos aqueles que contribuiram, nomeadamente a todos os autarcas que deviam ter tido uma participação mais ativa e que não a tiveram sobre estas questões. Claro que argumentavam facilmente que se se demitissem, outros iriam ocupar o seu lugar, isso não é argumento, porque os Juízes, dizem “os Tribunais só fecham porque vocês querem”, porque se os autarcas se demitissem todos, os Tribunais não fechavam, só que os autarcas, argumentavam se se demitissem eles iam para lá outros e ficava tudo na mesma. -----
Queria dizer que não será capaz de se perdoar e irá viver com esta mágoa, e não irá perdoar àqueles que nada fizeram para que isto não acontecesse. O Concelho de Vinhais morre cada dia, esta é uma machadada daquelas que, em lugar de morrer um dia, com este ato, morrem centenas de anos, porque inclusivamente os poderes que tinham os Concelhos estavam a ser limitados como quando foram criados, a maior parte deles só não podiam cunhar moedas. Em relação à própria justiça, eles próprios muitas vezes podiam fazer justiça, neste momento vão fazê-la, mas vai ser através das enxadas e com as próprias mãos. -----

Concedida a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, este iniciou por cumprimentar todos os presentes, agradecendo as intervenções proferidas, referindo-se em primeiro lugar à intervenção apresentada pela Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, o assunto tem que ser resolvido pelos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, e o pedido fica registado. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, agradeceu as suas palavras, quando se referiu à Câmara, principalmente ao Senhor Professor Roberto Afonso, pela dinamização que está a ser feita no Centro Cultural, no caso da 1.^a Bienal de Jorge Lima Barreto, que vai decorrer no dia 4, 5 e 6 de julho, todos são testemunhas do trabalho que tem sido desenvolvido ao nível cultural, principalmente ao nível do Centro Cultural com as várias atividades que tem sido realizadas, todas elas com muita adesão por parte do público, portanto, é um sinal que a todos nos deixa satisfeitos. -----

Quanto aos votos de pesar, do antigo Presidente da Câmara Engº Aires Ferreira, como do Presidente da ANAFRE, lamentava a perda de duas pessoas que se dedicaram ao bem-estar das outras pessoas, são sempre muito tristes estas perdas. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, em relação às portagens, é mais uma machada que estão a fazer ao interior. Disse pensar que independentemente da cor política, todos concordavam ser mais uma pedra que nos põe em cima, que não faz sentido nenhum e que apesar de todas as manifestações que tem sido feitas, e das tomadas de posição que tem sido assumidas em todos os Concelhos do interior, continuam a insistir nisto, que nos parece um erro, e uma tremenda injustiça para o interior. -----

Em relação ao assunto do encerramento dos Tribunais, é mais outra, é verdade que talvez não tivesse sido feito tudo o que era possível fazer, mas também é verdade que os autarcas não tem culpa, é o Governo que cegamente segue com esta política de encerramento de serviços e neste caso o encerramento dos Tribunais. Era verdade que, os vários autarcas, e o de Vinhais também e enquanto Presidente da CIM, tem feito várias tentativas, tem feito tudo quanto é possível conjuntamente com os outros autarcas, e volta aqui a não haver cor partidária, todos tem feito o possível e o impossível, mas por parte do Governo a abertura não é nenhuma, aliás e só para terminar, sempre que se marcava uma reunião com a Senhora Ministra da Justiça, ela nunca estava presente, sempre fomos recebidos pelos chefes de gabinete e não pela Senhora Ministra.

Solicitou novamente a palavra a Senhora Deputada, Maria Adelaide Fernandes Morais, para dizer o seguinte: -----

“Eu realmente não posso deixar de estar de acordo com o Sr. Dr. Horácio Afonso, com o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, é verdade, encerrando, nós também estamos contra, estamos contra porque sentimos na pele, acima de tudo, somos vinhaenses, somos transmontanos e pagamos impostos como pagam na capital, como pagam em qualquer parte do país. Não temos as mesmas regalias, é verdade, não temos, mas também não é de agora que não as temos, já se fecharam outros serviços em Vinhais, já se fechou a EDP, já se fecharam os serviços da agricultura, já se fechou, como já foi dito aqui várias vezes, a urgência no Centro de Saúde. Já se fecharam vários serviços, e somos todos contra o encerramento desses serviços, sejam eles na altura em que o PSD é Governo, sejam eles quando a Coligação é Governo, sejam

eles quando o PS é Governo, portanto somos contra o encerramento, independentemente de quem for Governo da altura, estivemos contra, eu já disse aqui uma vez, estive a favor do encerramento da urgência do Centro de Saúde, pela explicação dada pelo Partido Socialista na altura, votei ao vosso lado, estou satisfeita com aquilo que foi feito, porque a intenção era boa, era efetivamente boa. Fechou o Centro de Saúde, mas garantiu outro tipo de assistência, a verdade é que também se votou a favor nessa altura e ficámos na mesma, quer dizer tanto importa que seja o PS que seja o PSD, o interior é para entregar a Espanha, com certeza, digo eu, se recorrêssemos a Madrid e talvez fossemos mais ouvidos. -----

Também, temos outras situações, que não são os encerramentos dos Tribunais, temos uma linha de alta tensão de transporte de energia que, quando vem a trovoada em Macedo de Cavaleiros ou Torre de Moncorvo, falta a luz em Vinhais, temos as antenas de serviços de telemóveis que também não dão cobertura completa, temos muitas coisas com que nos debater e não é só o Tribunal, há outra coisa que eu alerto aqui, e eu vou estar aqui, se deus quiser, daqui a mais algum tempo, vou estar aqui, eu não vou desistir, eu também não vou desistir, sou como o Dr. Horácio, também vamos ter outras surpresas, noutras situações, eu espero que não venhamos a ter falta do secundário em Vinhais. Espero que o secundário continue, também a política criada para a educação, em Vinhais, não foi a melhor, é uma escola rural, com certeza que se devia ter pensado, até no anterior mandato do Sr. Engenheiro Taveira, e a seguir devia-se ter pensado numa escola via profissional, que desse projeção a Vinhais. -----

Isso devia ter sido outra das coisas que devia ter sido vista, não é à última da hora quando já não temos crianças, andar aqui ai tio, a criar PIEFDS que é para que não nos falem. As coisas tem que ser estruturadas e tem de ser vistas, e às vezes quem está no poder, também não ouve muito bem os que estão de fora, ou também não lida muito bem com as ideias dos que estão de fora. -----

Nós estamos na eminência, e se isto continuar, talvez não será o PSD, e não vamos morrer por isso, talvez será o PS no próximo Governo iremos ver se também não vai encerrar o secundário em Vinhais, vamos ver se nós temos coragem então de garantir que, pelo menos o secundário em Vinhais não feche, vamos todos então também unir-nos, para que a escola tenha outra dimensão, para que a escola dê outra visibilidade à Vila, e vamos também esquecer as querelas políticas e as diferenças, e vamos unir-nos, em torno da escola, porque eu acho que a escola, disse, e muito bem, a cultura é muito importante na Vila, pois é, é muito importante mas não há cultura sem ensinar as crianças a ter cultura, e podemos levar muita gente àquele Centro Cultural, mas se as pessoas não tiverem massa critica, para saber aquilo que ali se está a passar, também não adiante muito a cultura, e as crianças na escola, enquanto não forem criadas para isso, também não adianta muito a cultura local.-----

Eu digo muitas vezes, deve haver uma maior participação das pessoas na escola, deve haver uma maior preocupação na escola, devemos todos unir esforços e apelo aqui aos Presidentes da Junta de Freguesia que tem alunos na Torre de Dona Chama, de Agrochão, de Rebordelo, de Penhas Juntas, da Edrosa, que tem alunos no Externato da Torre de Dona Chama, que pensem uma vez por todas, Vinhais é que faz investimento no Concelho, não é a Torre de Dona Chama, é Vinhais que faz investimento no Concelho, então vamos lá pensar se os alunos não estariam bem no nosso Concelho, vamos lá pensar se essa não seria uma medida para que a escola secundária em Vinhais não feche. -----

A escola secundária de Vinhais, espero que, não seja só futurologia que estou a fazer, e espero que esteja redondamente errada, espero do fundo da minha alma que, eu esteja redondamente errada, mas um dia destes, quando acabarem os fundos comunitários e quando os governos não derem subsídios para manter as crianças no ensino privado é que nem vamos ter secundário em Vinhais e o Externato da Torre de Dona Chama também não vai existir. -----

Isto também é dos autarcas, isto também é dos Presidentes das Juntas, isto também é os Presidentes das Juntas junto da comunidade local, dizer-lhes que Vinhais é que é Concelho, é que Vinhais precisa das crianças, Vinhais precisa de continuar com a Escola Secundária e temos que todos pensar nisso, não é só a escola que tem que pensar neste problema, tem que ser os autarcas a pensar neste problema.” -----

De seguida o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal usou novamente da palavra, referindo-se à intervenção da Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, dizendo que, esta questão das escolas e do problema que poderá surgir no futuro, também é preocupação de todos. De qualquer maneira gostava de relembrar duas ou três situações. A primeira situação prende-se com o encerramento das escolas no Concelho de Vinhais, como toda a gente sabia estava previsto o encerramento das escolas de Ervedosa, Vilar de Lomba e Penhas Juntas. -----

Disse ainda que, a Câmara Municipal já tinha conhecimento que não ia ser encerrada nenhuma escola no Concelho de Vinhais, no entanto já numa reunião do Órgão Executivo tinha sido aprovado por unanimidade, a proposta de manter todas as escolas abertas. -----

Relativamente aos alunos do Concelho de Vinhais que frequentavam outros estabelecimentos de ensino, todos os apoios que eram concedidos pela Câmara Municipal, foram retirados. -----

Referiu ainda que, a Câmara Municipal tem dado um apoio muito grande aos alunos do Concelho, fornecendo os manuais escolares e as refeições a todos os alunos do ensino básico, bem como custear todas as despesas com os transportes escolares de todos os alunos. -----

O Senhor Deputado Francisco José Nunes Cunha usou novamente da palavra, dirigindo-se à Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, dizendo-lhe que na escola de Rebordelo, existem alunos das Agueiras, São Pedro Velho e da Bouça, suportando todas as despesas com os transportes escolares a Freguesia de Rebordelo. -----

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para questionar os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição relativamente ao ponto em discussão. -----

Seguidamente a ata foi sujeita a votação e aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados, Horácio Domingos Afonso, Alberto dos Anjos Martins, Solange Sofia Aboim Lobo, António Luís Gomes Gonçalves, António Vicente Morais, André João da Silva Rodrigues e Ana Rita Neto dos Reis, motivadas por não terem estado presentes na sessão em causa. -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o segundo Secretário da Mesa, para dar conhecimento da correspondência recebida, no período que medeia entre a última sessão desta Assembleia e esta, dizendo que, a mesma se encontra disponível para consulta, nos serviços de apoio a esta Assembleia. -----

2.3 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. -----

Exmo. Senhor -----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----

Senhores Secretários da Mesa -----

Senhores Vereadores Presentes -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e demais senhoras e senhores deputados municipais

Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

Caríssimo público -----

Ao olharmos para a vida do nosso concelho, não o podemos fazer sem olhar para o resto do país, e para todas as contingências que a nível económico, social e mesmo político o afetam. --

É verdade, e penso que todos aqui reconhecerão, que as pessoas do nosso concelho, não sofrem tantas vicissitudes negativas, como aquelas que residem nos meios urbanos e no litoral. -----

Isso não significa que todos nós, Executivo, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, não tenhamos que estar atentos, para detetar situações em que a nossa ajuda seja necessária. -----

Se há, ou houve, altura em que estas instituições se devem preocupar com as funções de cariz social, a altura é esta. -----

Todos sabemos que a época do betão está ultrapassada, aquilo que hoje é fundamental é pensar nas pessoas em primeiro lugar, isto é, pensar na Saúde, na Educação, no Apoio Social, no fundo no bem-estar e na dignidade da pessoa humana. E esta é, cada vez mais, uma obrigação nossa, porque o poder central, o que tem feito é continuar a fazer precisamente o contrário, quando era ao Estado que estas funções competiam e competem por lei. -----

Mas o que nós vemos e o que nós sentimos é que a única preocupação do governo parece ser o défice, a austeridade em cima de austeridade, quando os pilares de um Estado, verdadeiramente democrático, deveriam assentar na Educação, na Saúde, no Desenvolvimento e no Apoio Social. -----

Mas tudo isto é pura ilusão hoje em Portugal, os exemplos são o encerramento de escolas, os cuidados de saúde cada vez mais deficitários, os apoios sociais cada vez menores, em suma aquilo que devia contar mais, que são as pessoas, não passam, perdoem-me a força de expressão, de meros números para elaborar estatísticas de conveniência. -----

Por isso é que o poder local, desde as Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia assumem cada vez mais um papel ímpar para ajudar a colmatar estas falhas graves do poder central. -----

Porque quando nós dizemos e bem que o governo abandona o interior, o que abandona são as pessoas, isto é o melhor que qualquer região ou qualquer país tem. -----

Mas como o poder local é aquele que está verdadeiramente próximo das pessoas, aquele que as ouve, aquele que verdadeiramente sente os seus problemas, tem que ser este, dentro das suas limitações, que também são cada vez maiores, a estar disponível para ajudar. -----

Dáí todas as medidas que têm vindo a ser tomadas em áreas como a saúde (ao nível do transporte dos doentes, ao nível do apoio à vacinação de crianças), a Educação (com os transportes escolares, refeições, manuais gratuitos) e o apoio social, sendo que neste importa destacar o apoio financeiro que tem sido dado na construção dos lares (Moimenta, Rebordelo, Espinhoso), mas também para o lar de Vila Boa, Agrochão e Ervedosa, bem como para os Centros Sociais de Tuizelo, Celas e Passos de Lomba (estes ainda em fase de construção), mas também para os de Edral e Vilar de Lomba. -----

Sabendo nós a importância que estas instituições têm no apoio social, gostava de realçar aqui outro papel não menos importante que elas desempenham, que é ao nível dos postos de trabalho que ao nível de emprego no nosso Concelho é muito relevante. -----

Ainda a nível do emprego gostava de salientar as medidas de emprego que a Câmara tem vindo a apoiar, nomeadamente os CEI, CEI +, CEI Património, Estágios Profissionais, e que totalizam o montante de 58.320 euros, beneficiando 61 pessoas durante o ano de 2013. -----

Também aqui o município tem-se empenhado em encontrar estratégias com vista à inserção profissional da população ativa em situação de desemprego. -----

E é este o caminho que todos temos que continuar a trilhar, de forma a proporcionar aos nossos municípios as melhores condições de vida, sabendo nós que nem todas as situações podem ser resolvidas, mas é nossa obrigação tentar, pelo menos, minimizá-las. -----

Mas ao falarmos de ajudar as pessoas, e quando pensamos no nosso concelho, e naquele que é o principal setor produtivo, a agricultura, também aqui a Câmara tem feito um esforço para ajudar no desenvolvimento do concelho, através das várias ajudas que são prestadas aos agricultores e que lhe permitem ter menos despesas e assim obter um maior rendimento. -----

Apesar deste enfoque nas questões sociais, outras obras continuam a ser feitas porque também elas contribuem para o bem-estar das pessoas e para o desenvolvimento do concelho. -----

É o caso dos saneamentos que estão a ser realizados em Mós de Celas e Santa Cruz, terminaram agora os dos Alvaredos, bem como a Estação Elevatória de São Cibrão.-----

Todos estes trabalhos foram realizados pelos nossos funcionários, o que demonstra a preocupação que se tem verificado ao longo desta governação, que é o rigor e a contenção de despesas, porque, como sabem, nesta altura, ainda não é possível fazer candidaturas ao novo quadro comunitário, e portanto torna-se muito mais rentável para o município executar estas obras por administração direta. -----

Como Vossas Exas bem sabem, principalmente os Senhores Presidentes de Junta, os cortes financeiros para as autarquias são cada vez maiores, exigindo de todos um esforço ainda maior, para uma melhor aplicação das verbas que nos são atribuídas.-----

Continuam também a ser colocados contadores (e estando nós no Verão, todos sabemos a importância que eles assumem ao nível da poupança de água). Terminaram agora Quintela e Carvalhas e vão começar a colocar em Dine e na Moimenta. -----

Decorre também a bom ritmo a obra do Centro de Interpretação do Porco e do Fumeiro, no Largo do Arrabalde, que vai dignificar ainda mais, um largo já muito bonito, mas vai contribuir também para um destaque ainda maior daquele que é um dos produtos de excelência do nosso Concelho que é o Fumeiro. -----

Por fim, estando nós no Verão, em época de férias, não queria terminar sem desejar a todos umas boas férias.-----

Quanto à situação financeira é a seguinte:-----

- Dotações Orçamentais – €461.249,10 -----
- Dotações não Orçamentais – €694.070,11.” -----

2.4 - PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para questionar os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição. -----

Apenas demonstrou essa intenção a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, dizendo o seguinte: -----

“Acabámos de ouvir que realmente o período é de contenção, no entanto a Câmara elaborou com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia aqui presentes, creio eu, não sei se algum deixou de assinar, os protocolos de execução das competências das Juntas de Freguesia. Eu gostaria de saber o porquê desses protocolos não terem a verba adstrita a cada uma das

situações, das funções que vão desempenhar ou daquilo que é da competência deles. Em cada rúbrica eles devem saber com que dinheiro contam para poder executar aquilo que é da competência da Junta de Freguesia, porque assinando protocolos se não tiverem dinheiro, ficam com o protocolo, depois não há dinheiro, ficam com o protocolo. -----

O que eu queria saber do Senhor Vice-Presidente, é que dissesse aqui aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, como é que cumprem todas as competências que estão nos protocolos. É assim, o Presidente da Junta executa uma daquelas tarefas e depois vem à Câmara e pede o dinheiro, estão sujeitos à lei dos compromissos, é verdade? E se a Câmara naquele momento não tiver disponibilidade financeira? Eu questiono o Senhor Vice-Presidente, se mandar fazer limpeza de caminhos, tem que faturar, tem 180 dias para pagar, porque é a lei dos compromissos, não tem dinheiro, a Câmara não transfere, mais um requerimento à Câmara Municipal e não havendo dinheiro não cumprem a lei dos compromissos, isto também deve ser respondido, eu quero que o Senhor Vice-Presidente me responda. Eles pensam muitas vezes que nós não estamos do lado deles, nós estamos do lado dos autarcas todos, dos Presidentes das Juntas todos, que gastem dinheiro se houver, gastem dinheiro à vontade, é a maneira do dinheiro circular, agora tem que saber é quando o dinheiro aparece, que é para depois não andarem ali os credores atrás das pessoas a pedir dinheiro e ninguém tem dinheiro, portanto os protocolos no meu entender e reforço aqui a minha opinião, e a opinião, como costuma dizer o Senhor Presidente da Câmara, que estou muito bem assessorada, não estou, tenho dois olhos, sei ler e tive muito bons professores, ensinaram-me a ler e como tal eu também sei ler e sei aquilo que é da competência de cada um, nisso prezo os professores que tive, incluído o Sr. Dr. Horácio Afonso, ensinaram-me a ler e como sei ler e tenho massa cinzenta, eu quero que o Senhor Vice-Presidente me responda como é que estas pessoas vão fazer, e concretamente como é que vão fazer para cumprir os protocolos e cumprir a lei dos compromissos, como é que eles vão fazer, sim porque, sempre que eu vejo alguma transferência da Câmara, no final diz assim, mediante disponibilidade de tesouraria.” -----

Usou novamente da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vinhais, para responder à intervenção proferida pela Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, dizendo-lhe que as transferências de verbas só podem ser efetuadas, mediante disponibilidade de tesouraria, tal como consta em todas as deliberações. -----

Disse ainda que os Senhores Presidentes das Juntas que estão aqui presentes, podem testemunhar que nunca houve nenhum problema a nível de transferências de verbas, como também é fácil constatar na Prestação de Contas destes últimos anos, que nunca as Juntas de Freguesia receberam tanto dinheiro como receberam no mandato anterior. -----

Dirigiu-se ainda à Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, dizendo-lhe que como ela leu e muito bem, as Juntas de Freguesia tem competências próprias, mas não tem a atribuição de verbas para levar a efeito essas competências que lhe foram atribuídas. O que significa que, se não forem celebrados os protocolos, e não houvesse entendimento como tem havido com a Câmara Municipal para concretização dessas competências, as freguesias não podiam levá-las a cabo, não obstante terem o próprio FEF. As Juntas de Freguesia tem competências próprias mas o Governo não lhe atribuiu a respetiva componente financeira para as poder concretizar, porque a própria lei foi feita para Lisboa e Porto, para as Juntas de Freguesia grandes, que tem grandes rendimentos. -----
Este é o melhor caminho, é o caminho que melhor salvaguarda as Juntas de Freguesia e neste caso, as populações. -----

2.5 – PESSOAL: -----

2.5.1 – DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS PARA RECRUTAMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA, DE 2.º GRAU E 3.º GRAU.-----

Foi presente uma proposta do seguinte teor: -----

“Aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 13 de dezembro de 2013, a nova estrutura orgânica deste Município confinando-o às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procedeu à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto; 64-A/2008, de 31 de dezembro; 3- B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, torna-se assim necessário proceder aos ajustamentos ao nível da nova estrutura orgânica. -----

Considerando que o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (EPDAL) estabelece que o júri do recrutamento dos cargos dirigentes é designado por deliberação de Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, Municipal e é composto por um presidente e dois vogais;

Considerando que os n.ºs 2 e 3 do citado artigo, determina que o presidente é designado de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal e que os vogais são designados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade

e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica; -----

Considerando o atrás descrito, e por deliberação de Câmara Municipal, entendeu-se solicitar à Fundação CEFA, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, entidade conhecedora do contexto específico da Administração Pública e que presta às autarquias locais um serviço de assessoria técnica nos procedimentos concursais e cuja “Missão” foi definida como, “*Contribuir, através da formação, da investigação científica e de assessoria técnica para a sustentabilidade e modernização da Administração Pública local e para a qualificação e atualização dos autarcas, dirigentes e demais trabalhadores*”, a indicação dos membros do Júri dos dois procedimentos, para recrutamento dos dirigentes com a concretização de todos os procedimentos necessários, através de uma prestação de serviços. -----

A Fundação CEFA apresentou a composição do júri (conforme documento que se anexa), um para desenvolver o recrutamento de dirigentes para os cargos de Direção Intermédia de 2º grau das Divisões de: Conservação do Território, Mobilidade e Logística e de Ordenamento, Administração do Território e Serviços Urbanos e de dirigente para o cargo de Direção Intermédia de 3º grau da Unidade de Administração Geral e Finanças. -----

Os júris serão responsáveis pela realização das avaliações curriculares, entrevistas públicas e desenvolverão, ainda, os procedimentos administrativos com a assessoria técnica da Fundação CEFA. -----

Nestes termos, propõe-se a aprovação dos júris para o concurso de recrutamento de dirigentes, conforme indicação da Fundação CEFA, que abaixo se transcreve. -----

Mais se propõe que nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Presidente: -----

- Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Engenheiro Jorge Eduardo Guedes Marques.

Vogais Efetivos: -----

1.º Vogal – Chefe de Divisão - Arquiteto João Pedro Gradim Ribeiro; -----

2.º Vogal – Chefe de Divisão - Engenheiro Orlando António Sousa Gomes. -----

Vogais Suplentes: -----

1.º Vogal – Chefe de Divisão - Dr. Paulo Ramiro da Conceição Brás; -----

2.º Vogal – Chefe de Divisão - Arquiteto Jorge Manuel Martins Guerreiro.” -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a constituição dos júris conforme o proposto. -----

2.6 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 1.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS. -----

Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi presente para aprovação a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita no valor de trezentos e cinquenta mil trezentos e noventa e três euros e cinquenta e quatro centimos (350.393,54 €), a 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, no valor de trezentos e cinquenta mil trezentos e noventa e três euros e cinquenta e quatro centimos (350.393,54 €), e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de duzentos e setenta e nove mil cento e noventa e três euros e cinquenta e quatro centimos (279.193,54 €). -----

Após análise e discussão, do assunto em causa, foi deliberado, por unanimidade, aprovar as revisões em causa. -----

2.7 – APRESENTAÇÃO DA REVISÃO DO PDM NO ÂMBITO DA DISCUSSÃO PÚBLICA.-----

No âmbito da discussão pública da revisão do PDM, encontravam-se presentes os responsáveis pela empresa Plural, autora do projeto, os quais procederam a uma explicação sucinta da revisão em causa. -----

Após a explicação proferida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal convidou os Senhores Deputados, bem como o público presente a apresentar as questões que considerassem pertinentes. -----

Vários foram os Senhores Deputados, bem como algum público presente que apresentaram questões, às quais os técnicos autores do projeto prestaram esclarecimentos e manifestaram o compromisso das questões serem devidamente analisadas a nível do gabinete da Plural e alterar o que pudesse ser alterado. -----

Tomado conhecimento. -----

3 - PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO.

Sem intervenções. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, eram dezassete horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----